

PAINEL 3 - FINANCIAMENTO DA AÇÃO METROPOLITANA - A VISÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

DATA: 27/11/2008

DEBATE

O COORDENADOR DE MESA

Na questão do BNDES foi abordado aqui pelo Dr. Gabriel a questão do sub-crédito social, a questão do contingenciamento, de recursos na qualidade de projeto que é um aspecto importantíssimo. Citei antes o Pró-Metrópole e graças ao estoque de projetos que tinha em prateleira do Pró-Metrópole é que nós pudemos atender o PAC. Então é importante e a qualidade desse projeto muitas vezes deixa a desejar e a gente tem que se debruçar também com essa questão. Outro aspecto lembrado pelos três, imagino que é fundamental também, é a questão da melhoria da gestão pública essa capacidade que falamos aí não só de captar, mas também de elaborar esses projetos e o acesso a essas linhas de financiamento. Na apresentação do Cleiferson eu lembraria a questão da gestão de convênio. A gente também tem a Dra. Ana aqui – eu estou vendo quanto é penoso a gestão desses convênios pra nós desses fundos que a gente tem acesso, que todos nós sabemos que quanto mais a gente potencializar e melhorar a qualidade seria mais importante. A questão do indicador de gestão também é indicador de capacidade de gestão dos municípios. Na apresentação da Dra. Fernanda, lembrar também a questão da cooperação pactuada entre os entes todos. Isso é um aspecto fundamental a questão da territorialização, como a gente dialogar esses limites. Eu citei aqui o PROMATA numa outra provocação que eu sei que também está nos limites da intervenção do território estratégico de SUAPE, tem aqui o Dr. Aires Queiroz que me lembra muito, me remete a questão dos consórcios, que é a outra questão que nós vimos como sendo fundamental que a gente atue conjuntamente com todos os municípios. Por fim, a questão da gestão e da governança que esse é o aspecto mais importante aí que a gente tem se debruçado. Por isso que eu citei no começo a questão do desenho inicial dos projetos e a execução, muitas vezes esses dois não casam e a gente termina

tendo dificuldades. Agradeço a brilhante apresentação de cada um dos três e abro o debate para aqueles que acharem importante fazer observação.

JURANDIR FERNANDES (EMPLASA – SÃO PAULO)

Nem todos os impedimentos de financiamento Fernanda a minha experiência nos últimos seis anos não esbarrou na falta de institucionalidade metropolitana. Eu fui Secretário de Transportes Metropolitano durante seis anos em São Paulo. E nós temos projetos totalmente prontos, alguns até funcionais e alguns projetos básicos como é o caso da Linha 5 do Metrô cuja primeira parte o próprio BID financiou. Nós temos hoje projetos para R\$ 17 bilhões, US\$ 7 ou 8 milhões para serem implantados em Metrô e modernização da ferrovia, a CTPM. Se você pegar mais o Ferro Anel Norte e o Ferro Anel Sul, pegar o Leste, que já tem projeto executivo em fase de tramitação. O problema é a capacidade de endividamento. Nós temos uma barreira terrível, nós não podemos ter mais endividamento. Então não é uma questão só da figura da institucionalização. Esses projetos todos, eles são de caráter fortemente metropolitano, todos esses que eu citei. Hoje o Estado de São Paulo ele responde por cerca de 40%, 42% do transporte coletivo da Grande São Paulo. É uma responsabilidade bastante forte. Então eu queria saber como é que está sendo visto isso. Não é um problema do BID eu sei disso, mas também não é um problema de se institucionalizar e que isso está resolvido. Não estará resolvido.

Profº KLINK

É mais uma pergunta. Eu fiquei muito interessado em saber a questão de captação que o presidente da Caixa mencionou. Porque realmente quando a gente está falando de novas governanças, é como a Fernanda falou, quem é o cliente? O cliente muitas vezes não existe aí. Foi mencionado a proposta de uma capacitação para os consórcios públicos. Eu fiquei muito interessado. De fato, a Universidade Federal este ano fez um curso sobre governança metropolitana, foi um curso de curta duração. Quando a gente começou a discutir no âmbito da Reitoria quem é o grupo alvo? Quem é o cliente do discurso? Porque muitas vezes os técnicos, por exemplo, o caso do ABC Paulista, inclusive a EMLASA mandou gente do primeiro escalão, assessores

da presidência. Mas realmente a primeira reflexão que nós fizemos: quem é o grupo alvo para esse curso? Os técnicos muitas vezes já..... não precisam ser convencidos, eles já tem uma base de conhecimento geral. Nós decidimos fazer esse curso, um curso de 60 horas, para tomadores de decisão, Secretários, Prefeitos, ex-Prefeitos, Assessoria da Presidência, das autarquias estaduais, enfim. E o curso inclusive nós estamos recebendo pedidos para repetir o curso, não foi um curso estritamente para consórcio público, foi um curso um pouco mais amplo no âmbito daquela discussão de criar consciência metropolitana, não começando só com o grupo alvo mais óbvio, o grupo técnico muitas vezes não precisa convencer. Duas perguntas: quem é o grupo alvo desse curso? Como é que está estruturado? E a segunda parte, realmente me parece também que essa questão particular do consórcio público é muito importante pensar, por exemplo, um Pimate regional, Pimate regional do tipo..... lei eu acho inclusive que a lei fez certinho de exigir alguns passos, porque nesse sentido a lei pode até desencadear um processo coletivo de aprendizagem do tipo Protocolo de Intenção que é um pouco na linha que a Fernanda falou, é um processo de agendamento estratégico dos grandes temas estruturantes que é o cada caso é um caso, vai ser diferente. A partir do Protocolo de Intenção você vai decidir o plano de rateio que é o elo entre o planejamento e a execução. É um trabalho inclusive que envolve técnicas nada óbvias. Eu queria também saber um pouco como é que é isso. Vocês estão pensando isso, está sendo estruturado em parceria com Paula. Estou querendo ouvir um pouco mais como é que é isso. São essas duas perguntas.

JÓRIO CRUZ

Eu queria somente fazer uma pergunta simples e de curiosidade. O primeiro dado para essa pergunta é o seguinte, nós estamos num processo de revisão de uma realidade. E todas as ofertas estão em check, porque elas estão sendo feitas para uma realidade que nós estamos querendo rever. Eu senti da apresentação de Fernanda que há um propósito do BID em se aproximar desse processo, o BID quer saber como é que nós vamos nos definir em termos de gestão para que ele possa até saber a quem ele vai se dirigir. Esse propósito está existindo da parte da Caixa Econômica e da parte do BNDES? Quer dizer, os programas que existem hoje são programas para município, mas não vai ser

o município. Está sendo questionado que não é o município. Vai ser para quem: para o estado? Também não vai ser para o estado. A questão da gestão metropolitana não é de se vai ser o estado, se vai agora por outro lado passar a ser dos municípios. Está se dizendo que falta na questão metropolitana um gestor e é esse gestor quem vai se responsabilizar por propor e por receber e pagar financiamento. Então como é que os dois bancos Caixa e BNDES estão se vendo diante desse quadro de uma reforma, de uma perspectiva de reforma com essa profundidade.

LAÉRCIO QUEIROZ

Eu ouvi o meu amigo aqui da Caixa o Cleferson, você pode dizer lá: é na Bahia que você vai fazer um consórcio só para projeto? Para fazer projeto? São Leopoldo. Pode dizer que não precisa fazer um consórcio só para projeto não, porque vai gastar muito esforço para uma coisa só muito pequena. Pode fazer um consórcio diferenciado. Eu estou lhe dizendo isso porque não sei se você vai estar aqui amanhã, eu já estou adiantando. A outra coisa é o seguinte, meu caro amigo Gabriel, eu sou um fã do BNDE, mas falta o ESSE, esse ESSE precisa entrar, o social. Veja bem, o BNDES ele trabalha mais como aqui a gente tinha a nossa SUDENE antes, só grandes projetos. A gente precisa descer mais. Isso é um país que está num processo de transição para ser uma grande nação. O BNDES é um banco extraordinariamente importante dentro desse processo. E o presidente Lula tem dado esse norte, principalmente quando ele sujou as mãos de óleo da Petrobrás e disse: a Petrobrás não é só para os acionistas, é para o povo. É preciso o banco tomar esse rumo pra cá. O BID eu tive o prazer de ser um consultor adjunto do Arnulfo Carram (?) que é um consultor do BID para o PROMATA, no terceiro governo de Dr. Arraes. E o BID já se aproximava desse projeto. Há dois anos atrás fui procurado pelo pessoal do Banco Mundial para tratar sobre essa questão da visão do consórcio. E nós debatemos essa questão da visão do consórcio. Eu fui a Portugal, estive com a Associação do Vale do Avre paa aprender, depois fui à Minas Gerais. Minas e aprendi bastante, Minas é na disparada o estado-mãe dos consórcios, e Paraná. E aqui em Pernambuco hoje o governo do estado dentro dessa preocupação da Dra. Fernanda, está o Secretário Especial de Articulação Regional, a Secretária Executiva das Cidades, o Secretário de

Captação de Recursos Dr. Antonio Barbosa e prefeitos e vice-prefeitos eleitos que estão chegando aqui agora, o nosso prefeito eleito de Igarassu está aqui. Veja bem, o governador Eduardo Campos segundo as informações que eu tenho e o gesto que está sendo feito e o que está acontecendo aqui no estado nessa preocupação do professor Klink muito bem colocada, ele está desenvolvendo aqui e está colocando aqui de uma certa forma em cima de um processo licitatório que nós fomos contratados, para a preparação de uma internalização sobre a questão de consórcio público. Acho até que falta a visão da ferramenta consórcio público. A senhora falou, por exemplo, que o nosso representante da Locomotiva do Brasil São Paulo, coloca que lá teve já a instituição de transporte. Mas o consórcio público, ele é uma autarquia, ele é uma instituição diferenciada, inclusive inusitada porque ela tem uma certa, vamos dizer, uma formatação um tanto quanto discutível, mas é um ente, tem CNPJ. E aí a nossa Paula Ravanelli está falando já de um aspecto de que o consórcio pode inclusive trazer a captação de recurso para isso. O governador através da Secretaria das Cidades, aqui da Secretária Executiva Ana Suassuna, também nos incumbiu através de um contrato para que a gente pudesse trabalhar o formato para um consórcio metropolitano. E eu estou aqui aprendendo bastante já esse dado e tem outros técnicos aqui que conhecem profundamente isso. Mas esse enfrentamento do consórcio metropolitano ele passa muito mais pela questão política do que institucional. Porque o institucional já está colocado as ferramentas para que elas possam ser utilizadas, a lei do consórcio, o Decreto 6.017 o contrato de rateio a que se refere o professor Klink que é o contrato mais de ordem administrativa para dar condição de saber o que é que o consórcio vai fazer e o contrato de programa para a prestação do serviço. Na verdade já existe o modelo que foi prontamente elaborado, é lei, é decreto, é uma coisa legal, não se faz mais assim por fazer. Quer dizer, no Brasil que pode-se colocar à disposição de todos vocês órgãos financiadores para trabalhar precisamente como é que vai se fazer. E eu concordo plenamente com o professor Klink, para que haja uma discussão de um planejamento sempre visando a questão regional. Eu vou me referir a Ipojuca, mas do lado positivo. Por exemplo, Ipojuca que vai receber esses recursos, que fica assim tão olhado, se não tiver uma visão do total da região vai virar o que vocês conhecem, Macaé, vai virar outras cidades

brasileiras que cresceram por aí. A visão do consórcio é uma visão regionalizada e é um instituto legal que existe já na legislação brasileira.

Dra. FERNANDA MAGALHÃES

Eu aqui queria fazer um esclarecimento. Eu não estou dizendo que não se trabalha com projetos metropolitanos. O banco mesmo financiou grandes projetos estruturantes, o PRODETUR é um programa regional, por exemplo, o financiamento da extensão da linha do Metrô também é o BID que está fazendo. Mas não foi nesse sentido, foi no sentido do entendimento multi-setorial, na área setorial é muito mais fácil, mas quando você tem que identificar um conjunto de ações que pegam um conjunto de entes que não é mais claro só responsabilidade do estado ou um município específico, nós realmente, não temos uma experiência anterior. O banco não tem experiência de trabalhar com um projeto que seja multi-setorial, por exemplo, se você pensar que eu apresentei o Pró-Cidades que é programa multi-setorial, municipal, se você extrapolar para um programa metropolitano nós não temos essa experiência anterior de financiar programas multi-setoriais, até porque sem a institucionalidade você financia a quem? O consórcio é uma opção. Por outro lado, o que nós temos percebido no avanço desse debate é que não há um consenso. E também isso é um falso dilema porque para alguns o consórcio pode ser conveniente, consórcio multi-setorial e pra outros talvez não. Por exemplo, para Minas Gerais parece que eles não estão indo por essa linha. E qual o problema se é um outro modelo? Desde que você tenha de fato um ente, que você tenha a pactuação e que responda a uma visão regional que tenha sido pactuada de fato e que tenha sido pactuada de fato e que tenha sustentabilidade política e sustentabilidade no tempo porque são investimentos que precisam dessa sustentabilidade, não tem problema que haja essa diversidade de modelos. Eu acho que houve um entendimento um pouco equivocado, não é que nós não tenhamos trabalhado com projetos metropolitanos. É óbvio que nos vários estados, vários governos já fizeram. Mas não da maneira como nós precisamos para você desenvolver um território. Não basta ter projetos. Você tem que saber: bom, o que que essa região quer ser. Como o Gerôncio hoje falou, é questão policêntrica, quer dizer, uma região ela tem que ser policêntrica. O policentrismo é suportado por redes, redes de

infra-estrutura, a questão do uso do solo, da habitação. Vocês sabem disso. Agora sem realmente essa visão transversal dos setores e sem que isso se construa de uma forma pactuada entre quem faz parte desse território e esse território é flexível. Porque quando você fala do território metropolitano não é igual a primeira corôa (?) ou os municípios vizinhos ou os municípios mais afastados. Portanto há também essa questão da geometria variável que eu coloquei aí, mas não aprofundei. Os interesses são outros, os problemas são outros, os vizinhos na periferia imediata do pólo tem problemas totalmente diferentes dos mais distantes, tem vocações distintas. Então isso tem que ser discutido. E cada contexto é diferente do outro e tem que encontrar o modelo próprio.

_____ (?)

Eu vou ser breve. O Gerôncio falou um tema central aí que eu acho que é um gargalo que a gente tem que superar, é a questão “capacitação para aquém”. Realmente, se a gente for só pensar nos técnicos, não resolve. A proposta é contemplar também Secretários, prefeitos. A gente está em fase ainda de analisar como se fazer isso, que também não é uma coisa tão simples de fazer, você coloca alguém, o prefeito para ser capacitado, talvez um evento, eu não sei. Se a gente vai estar junto com o Ministério das Cidades. E o pessoal da SAFE (?) está organizando e incrementando essa seleção. Mas eu acho que é uma sugestão bem-vinda. A capacitação, a sensibiização eu acredito que é um pouco diferente do que você está conotando (PLATÉIA SE MANIFESTANDO – FORA DO MICROFONE). Isso é público alvo. E outra questão que você comentou, o nosso foco de acordo, existem alguns acordos estaduais para capacitação. Não é só de capacitação em consórcios públicos. Capacitação em várias áreas que a gente tem, os Sistemas que a Caixa tem informações, de gestão de obras e por aí vai. A gente também tem o foco de fazer acordo com os estados e com as universidades também. Quanto a questão temática não foi a-tôa que a gente trouxe o Pimate aqui, trouxe justamente porque a idéia é fazer a aderência dele com a política de consórcio público. Tem que deixar claro se a Caixa ela opera os programas. A gente tem, quer ter formas de pressão, _____ (?) são mil técnicos que trabalham diariamente com desenvolvimento urbano. Quando você solta o programa na Caixa, esse

programa ele é bombardeado de todas as formas. O que a gente consegue fazer é esse trabalho, é dar esse fide back para o governo para tentar melhorar os programas. Então a Caixa tem uma participação mas os programas da Caixa são os programas do Ministério que a Caixa acaba operando. Sobre a questão dos consórcios e projetos. Na verdade _____ tem um problema de saneamento, eles tiveram um problema sério lá com a questão da poluição ambiental dos rios, eles começaram o saneamento e a idéia é estar incorporando também a questão de projeto. Evidentemente não é só projeto, a gente está tentando fomentar a questão do projeto, porque sem projetos a gente não consegue ter bons investimentos. É só isso.

GABRIEL

Sem dúvida, o BNDES está envolvido, o presidente do BNDES pessoalmente está envolvido, foi criada uma Secretaria específica para o assunto desenvolvimento local e regional que envolve as regiões metropolitanas, o entorno de grandes projetos arranjos produtivos locais. Nos casos ADOC de cada projeto a gente se aprofunda nas áreas operacionais. O caso do território estratégico de SUAPE é um exemplo importante, a gente realizou seminários lá no Rio de Janeiro, participamos de seminários aqui em Recife com eles, a gente trabalhou junto. O BNDES faz parte do Conselho Deliberativo do Território Estratégico de SUAPE. A gente tem discutido muito o tema consórcios públicos e tem aventado, tem estudado soluções, por exemplo, como São Paulo levantou, alguns casos em que ou o estado ou o município tem capacidade de pagamento, tem fluxo de caixa para pagar uma operação de crédito. Às vezes chega a ter limite de crédito, o endividamento não é tão alto atende RF (?). Mas as garantias estão desvinculadas. A idéia de consórcio público estudando isso, pode ser até para resolver o problema das garantias, a constituição de um fundo de garantias, um fundo que possa dividir um pouco o limite de crédito dos municípios. Então a gente está trabalhando. A nossa preocupação agora é ter projetos, ter consórcios funcionando para que a gente possa colocar na prática essas idéias, menos reuniões e mais projetos.